

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO AMAPÁ - CAU/AP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ - CAU/AP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP
Macapá - AP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Neste sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



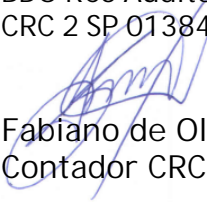
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 20 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AP


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - AP

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIação PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.327.500	1.256.330	VARIação PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.079.455	1.186.892
CONTRIBUIÇÕES	308.510	260.007	PESSOAL E ENCARGOS	657.827	536.227
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.510	260.007	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	586.239	483.523
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	308.510	260.007	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	586.239	483.523
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	216.215	195.884	BENEFÍCIOS A PESSOAL	71.588	52.703
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.215	195.884	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	71.588	52.703
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	216.215	195.884	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	385.101	495.318
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	33.294	49.849	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.796	17.283
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.731	7.980	CONSUMO DE MATERIAL	7.796	17.283
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	5.731	7.980	SERVIÇOS	331.810	437.349
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	27.563	41.869	DIARIAS	79.500	133.274
MULTAS SOBRE ANUIDADES	27.563	41.869	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	87.515	130.253
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	755.155	748.927	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	164.795	173.822
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155	748.927	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	45.495	40.686
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	755.155	748.927	DEPRECIACAO	45.495	40.686
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.327	1.663	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	36.527	35.608
VARIação PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	700	269	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.527	35.608
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.527	35.608
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.626	1.394	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	-	119.739
MULTAS ADMINISTRATIVAS	171	71	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	119.739
INDENIZACóES	13.455	1.322	VARIação PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	-	119.739
Total das Variações Ativas :	1.327.500	1.256.330	Total das Variações Passivas :	1.079.455	1.186.892
Déficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL		
			Superávit do Exercício	248.046	69.439
Total	1.327.500	1.256.330	Total	1.327.500	1.256.330

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Impresso em: 30/01/2019 20:27

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.183.450	1.141.578	Despesa Orçamentária	1.024.129	1.657.127
RECEITA REALIZADA	1.183.450	1.141.578	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.517	16.875
RECEITA CORRENTE	1.183.450	1.141.578	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.085	10.811
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.015.527	1.629.441
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255	DESPESA CORRENTE	1.007.954	1.001.443
ANUIDADES	164.460	145.255	PESSOAL	666.616	555.753
RECEITA DE SERVIÇOS	216.215	195.884	MATERIAL DE CONSUMO	7.796	6.472
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436	685	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.656	152.362
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.779	194.912	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.443	219.490
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	287	ENCARGOS DIVERSOS	38.216	28.964
FINANCEIRAS	33.294	45.948	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700	2.793
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731	4.079	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.527	35.608
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.563	41.869	DESPESA DE CAPITAL	7.573	627.998
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949	6.789	INVESTIMENTOS	7.573	7.998
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.614	35.080	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	620.000
TRANSFERENCIAS CORRENTES	755.155	748.927		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.327	5.564		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	171	3.972		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455	1.322		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269		-	-
Receitas Não Identificadas	700	269		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	804.455	874.719	Pagamentos Extraorçamentários	819.789	864.499
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.517	16.875	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.875	16.203
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.085	10.811	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.811	500
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619	353.473	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	77.619	71.185
Outros Recebimentos Extraorçamentários	718.234	493.560	Outros Pagamentos Extraorçamentários	714.484	776.610
Saldo em espécie do Exercício Anterior	307.017	812.347	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	451.004	307.017
Caixa e Equivalente de Caixa	307.017	812.347	Caixa e Equivalente de Caixa	451.004	307.017
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	2.294.922	2.828.643		2.294.922	2.828.643


Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balleiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

Impresso em: 30/01/2019 20:26

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO			
RECEITA CORRENTE	1.142.000	1.182.020	1.183.450	1.430			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
ANUIDADES	193.789	208.376	164.460	(43.917)			
RECEITA DE SERVIÇOS	151.129	163.168	216.215	53.047			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	700	700	1.436	736			
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	150.129	162.168	214.779	52.611			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	300	300	-	(300)			
FINANCEIRAS	31.212	31.072	33.294	2.222			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	4.150	7.094	5.731	(1.363)			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.062	23.978	27.563	3.585			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	1.407	1.407	-	(1.407)			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.900	9.900	8.949	(951)			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.755	12.671	18.614	5.943			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	765.570	763.529	755.155	(8.374)			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300	15.875	14.327	(1.548)			
MULTAS DE INFRAÇÕES	300	300	171	(129)			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	15.575	13.455	(2.120)			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	700	700			
Receitas Não Identificadas	-	-	700	700			
RECEITA DE CAPITAL	178.000	228.440	-	(228.440)			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	178.000	228.440	-	(228.440)			
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	178.000	228.440	-	(228.440)			
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-			
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.320.000	1.410.460	1.183.450	(227.010)			
DEFICIT	-	-	-	-			
TOTAL	1.320.000	1.410.460	1.183.450	(227.010)			
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.119.710	1.159.020	1.016.556	1.009.039	1.007.954	142.464	
PESSOAL	607.993	682.176	666.616	666.616	666.616	15.560	
PESSOAL E ENCARGOS	578.717	653.822	648.246	648.246	648.246	5.576	
DIÁRIAS	29.276	28.354	18.370	18.370	18.370	9.984	
MATERIAL DE CONSUMO	24.374	20.374	15.256	7.796	7.796	5.118	
MATERIAL DE CONSUMO	24.374	20.374	15.256	7.796	7.796	5.118	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	126.410	93.750	81.656	81.656	81.656	12.094	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	20.640	20.910	20.526	20.526	20.526	384	
DIÁRIAS	105.770	72.840	61.130	61.130	61.130	11.710	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	302.866	263.644	175.585	175.528	174.443	88.059	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	42.560	42.768	42.768	42.768	42.768	-	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	5.500	24.000	2.000	2.000	2.000	22.000	
SERVIÇOS PRESTADOS	147.896	123.896	63.828	63.771	62.686	60.068	
PASSAGENS	106.910	72.979	66.988	66.988	66.988	5.991	
ENCARGOS DIVERSOS	18.500	59.849	38.216	38.216	38.216	21.633	
ENCARGOS DIVERSOS	18.500	59.849	38.216	38.216	38.216	21.633	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000	2.700	2.700	2.700	2.700	-	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.567	36.527	36.527	36.527	36.527	0	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	11.634	11.634	11.634	11.634	11.634	-	
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	26.933	24.893	24.893	24.893	24.893	0	
CREDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
INVESTIMENTOS	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	178.000	228.440	7.573	7.573	7.573	220.867	
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.290	23.000	-	-	-	23.000	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.320.000	1.410.460	1.024.129	1.016.612	1.015.527	386.331	
SUPERÁVIT	-	-	159.321	-	-	(159.321)	
TOTAL	1.320.000	1.410.460	1.183.450	1.016.612	1.015.527	227.010	

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Welidson dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	16.875,23	16.875,23	16.875,23	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	6.812,59	6.812,59	6.812,59	0,00	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	10.062,64	10.062,64	10.062,64	0,00	0,00
TOTAL:	0	16875,23	16875,23	16875,23	0	0
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESA CORRENTE	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00	
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	10.811,00	10.811,00	0,00	0,00	
TOTAL:	0	10811	10811	0	0	

Impresso em: 30/01/2019 20:24

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	650.859	336.895	PASSIVO CIRCULANTE	61.557	61.702
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	451.004	307.017	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.085	10.811
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	196.240	24.048	PROVISÕES A CURTO PRAZO	60.472	50.891
CLIENTES	174.694	130.906			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	220.878	151.019			
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	29.824	-			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(229.156)	(257.876)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	3.750			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.615	2.079			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	650.910	688.832	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
IMOBILIZADO	650.910	688.832			
BENS MÓVEIS	184.493	176.920			
BENS IMÓVEIS	620.000	620.000			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(153.583)	(108.088)			
			TOTAL DO PASSIVO	61.557	61.702
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	1.240.212	964.026
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.240.212	964.026
TOTAL	1.301.769	1.025.727	TOTAL	1.301.769	(1.025.727)
ATIVO FINANCEIRO	451.004	307.017	PASSIVO FINANCEIRO	69.074	78.577
ATIVO PERMANENTE	850.765	718.710	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL				1.232.695	947.150

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos	-	-	Saldo do Atos Potenciais Passivos	-	-
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	42.251	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	42.251	-

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro


	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	381.930	228.440

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

César Augusto Batista Balieiro
Presidente CAU AP
CAU nº A21721-2
226.364.472-53

Weldeive dos Santos Oliveira
Assessor Contábil
CRC-TO 004769/O-2
016.953.223-20

Impresso em: 25/03/2019 10:15

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página: 1/1

Página: 1/1

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa


	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	1.183.450	1.141.578
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	164.460	145.255
ANUIDADES	164.460	145.255
RECEITA DE SERVIÇOS	216.215	195.884
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	1.436	685
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	214.779	194.912
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	287
FINANCEIRAS	33.294	45.948
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	5.731	4.079
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	27.563	41.869
MULTAS SOBRE ANUIDADES	8.949	6.789
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.614	35.080
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	755.155	748.927
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.327	5.564
MULTAS DE INFRAÇÕES	171	3.972
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.455	1.322
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	700	269
Receitas Não Identificadas	700	269
OUTROS INGRESSOS	795.853	847.032
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	1.007.954	1.001.443
PESSOAL	666.616	555.753
MATERIAL DE CONSUMO	7.796	6.472
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.656	152.362
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.443	219.490
ENCARGOS DIVERSOS	38.216	28.964
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.700	2.793
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.527	35.608
OUTROS DESEMBOLSOS	819.789	864.499
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	151.560	122.668
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	7.573	7.998
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	620.000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.573)	(627.998)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	143.987	(505.330)

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	307.017,27	812.347,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	451.004,00	307.017,27

Macapá-AP, 31 de dezembro de 2018

 César Augusto Batista Balleiro
 Presidente CAU AP
 CAU nº A21721-2
 226.364.472-53

 Weldeive dos Santos Oliveira
 Assessor Contábil
 CRC-TO 004769/O-2
 016.953.223-20

Impresso em: 30/01/2019 20:26
 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/AP é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno do CAU/AP.

O Conselho está localizado na Avenida Caramuru, 356, Cep 68902-100, Beírol, Macapá-AP.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2018.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. O percentual médio de anuidades pessoas físicas reduzido em 20%, com isso, registrou-se o percentual médio de 80% de inadimplência, já o percentual médio de anuidades pessoas jurídicas reduzido em 3%, logo, registrou-se o percentual médio de 97% de inadimplência.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio de instrução, plausível à realidade do CAU/AP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

d) Reflexo patrimonial comparativo:

	2018	2017
Créditos de Anuidades	R\$ 395.571	R\$ 281.924
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(R\$ 229.156)	(R\$ 257.876)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/AP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/AP, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Edificações	25	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/AP procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/AP adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	451.004	307.017
Total	451.004	307.017

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	174.694	130.906
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	250.702	151.019
(-) Provisão para devedores duvidosos	(229.156)	(257.876)
Total	196.240	24.048

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	425.396	281.924
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(229.156)	(257.876)
Total	196.240	24.048

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

7. Demais créditos e valores à curto prazo

Descrição	2018	2017
Adiantamento concedido a pessoal	-	3.750
Tributos a recuperar	-	-
Total	-	3.750

Nesse subgrupo encontram-se os títulos adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros bem como os créditos a receber por descentralização da prestação de serviços público, podendo seus valores variarem para menos ou mais dependendo do exercício. No exercício 2018, o adiantamento de férias concedido em dezembro do ano anterior foi descontado na folha de pagamento de janeiro, dessa forma, o valor foi zerado.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	2018	2017
Prêmios de seguros a apropriar	1.276	419
Assinaturas e anuidades a apropriar	2.339	1.661
Total	3.615	2.079

Nesse subgrupo encontram-se os títulos prêmio de seguros a apropriar bem como as assinaturas e anuidades a apropriar, podendo seus valores variarem para menos ou mais a medida que há o reconhecimento da despesa. Em 2018, o seguro do automóvel foi adquirido nos últimos meses do exercício, com isso, houve menos meses para reconhecimento da despesa, logo, o saldo a apropriar disponível no ativo variou para mais. Além disso, houve mais aquisições de créditos de publicações no diário oficial e menos publicações, com isso, o saldo da conta de assinaturas e anuidades apropriar houve crescimento, sendo sua diminuição à medida que há publicações no diário oficial da união.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Edifícios	620.000	(39.060)	580.940	603.260
Veículos	74.490	(65.924)	8.566	19.740
Móveis e utensílios	24.575	(10.369)	14.206	16.419
Máquinas e Equipamentos	19.874	(6.012)	13.862	13.653
Equipamentos de processamento de dados	59.635	(29.900)	29.735	31.627
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	(2.317)	3.601	4.134
Total	804.493	(153.583)	650.910	688.832

A

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Edifícios	620.000	-	-	(39.060)	580.940
Veículos	74.490	-	-	(65.924)	8.566
Móveis e utensílios	24.575	-	-	(10.369)	14.206
Máquinas e Equipamentos	17.976	1.898	-	(6.012)	13.862
Equipamentos de processamento de dados	53.960	5.675	-	(29.900)	29.735
Utensílios de Copa e Cozinha	5.919	-	-	(2.317)	3.601
Total	796.920	7.573	-	(153.583)	650.910

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

10. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	1.085	-
Fornecedor de materiais	-	10.811
Total	1.085	10.811

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	1.085	10.811
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	1.085	10.811

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2018	2017
Salários e encargos sociais	-	-
Provisão para férias e encargos sociais	60.472	50.891
Total	60.472	50.891

12. Provisão para riscos processuais

Não há processos trabalhistas e cíveis envolvendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá.

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/AP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit ou Déficit do Exercício	248.046	69.439
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	964.026	1.032.822
Ajustes de Exercícios Anteriores	28.141	(138.235)
Total	<u>1.240.212</u>	<u>964.026</u>

No exercício 2018, houve mudança na provisão de devedores duvidosos, com isso, as anuidades pessoas físicas e jurídicas passaram a ter suas provisões de acordo com o percentual individual. Assim, a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, foi aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação e amortização	45.495	40.686
Despesas com pessoal	657.827	536.227
Despesas com contratação de terceiros	329.424	560.508
Impostos, taxas e contribuições	10.182	13.863
Outras despesas	36.527	35.608
	<u>1.079.455</u>	<u>1.186.892</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.327.500	1.256.330
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.079.455)	(1.186.892)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>248.046</u>	<u>69.439</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.183.450	1.141.578
(-) Despesas Empenhadas	(1.024.129)	(1.657.127)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>159.321</u>	<u>(515.550)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Disponível Apurado	451.004	307.017
(-) Passivo Financeiro	(69.074)	(78.577)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>381.930</u>	<u>228.440</u>

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	-
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	40.586
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	400.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>440.586</u>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá – CAU/AP
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

Welideive dos Santos Oliveira Assessor Contábil CAU-AP CRC-TO 004769/O-2	César Augusto Batista Balieiro Presidente do CAU-AP
--	--